



# A presença dos evangélicos no cenário político brasileiro

## *The presence of Evangelicals in the Brazilian political scenario*

Jordana Cristina Gil de OLIVEIRA<sup>1,3</sup>

 0000-0001-9452-8436

João FREIRE JUNIOR<sup>2</sup>

 0000-0001-5068-0751

## Resumo

O presente trabalho pretende analisar a evolução da influência evangélica na política brasileira. Primeiramente, far-se-á um breve panorama da origem do pentecostalismo até sua chegada ao Brasil e do neopentecostalismo, que deriva desse último. Posteriormente, será descrita a inserção lenta e gradual dos evangélicos, principalmente neopentecostais, na política brasileira, que se consagrou – e vem aumentando eleição após eleição – em 1986 com a Assembleia Nacional Constituinte e em 1988 com a promulgação da atual Carta Magna do Brasil, a Constituição Federal. Delineado esse cenário, algumas hipóteses são levantadas: porque tamanho sucesso de líderes religiosos evangélicos no cenário político? Seria uma expressão de uma sociedade que, ainda que esteja salvaguardada por um Estado laico, procura representantes políticos guiados por moralidade religiosa, ou seria uma articulação política que se aproveita de valores caros à democracia, como a liberdade religiosa, liberdade de imprensa e expressão, para consolidar um projeto de poder que coloca em questão o conceito de secularização do Estado e da sociedade? Diante dessas indagações, chega-se à percepção de que alguns fatores inerentes ao cristianismo, em sua vertente evangélica, levam à ascensão de políticos ao poder com maior legitimidade popular. No entanto, essa ingerência pode trazer consequências perigosas para a democracia, como a criação de políticas públicas para grupos específicos, aumento do preconceito, exclusão e até mesmo retrocesso nos direitos das minorias. Na seara religiosa, essa participação sem chamado e vocação pode ocasionar a desmoralização da religião da sua pedra angular: o amor ao próximo.

**Palavras-chave:** Evangélicos. Neopentecostalismo. Pentecostalismo. Política.

## Abstract

*The present work intends to analyze the evolution of the Evangelical influence in Brazilian politics. First, there will be a brief overview of the origin of Pentecostalism until its arrival in Brazil and of Neo-Pentecostalism, which derives from the latter. Subsequently, the slow and gradual insertion of Evangelicals, mainly Neo-Pentecostals, in Brazilian politics will be described, which was consecrated – and has been increasing election after election – in 1986, with the Brazilian National Constituent Assembly, and in 1988 with the promulgation of the current Constitution of Brazil, the Federal Constitution. As this scenario was outlined, some hypotheses emerged: why do Evangelical religious leaders have such size on the political scenario? Would it be an expression of a society that, despite being*

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Educação Continuada, Pós-Graduação em Direito Tributário. Belo Horizonte, MG, Brasil.

<sup>2</sup> Academia Militar das Agulhas Negras. Rod. Presidente Dutra, Km 306, Independência, 27534-020, Resende, RJ, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: J. FREIRE JUNIOR. E-mail: <professordrfreire@gmail.com>.

<sup>3</sup> Instituto Wesleyano de Ensino, Curso livre em Teologia, Polo de Volta Redonda. Volta Redonda, RJ, Brasil.



*safeguarded by a secular State, seeks political representatives guided by religious morality, or would it be a political articulation that takes advantage of values dear to democracy, such as religious freedom, freedom of the press and freedom of speech, to consolidate a power project that calls into question the concept of secularization of the State and society? Faced with such questions, one arrives at the perception that some factors inherent to Christianity, in its Evangelical aspect, lead to the rise of politicians to power with greater popular legitimacy. However, such interference can have dangerous consequences for democracy, such as the creation of public policies for specific groups, increased prejudice, exclusion and even setbacks in the rights of minorities. In the religious field, such participation without a call and vocation can lead to demoralization of religion at its cornerstone: love of neighbor.*

**Keywords:** *Evangelicals. Neopentecostalism. Pentecostalism. Politics.*

## Introdução

A influência e a presença de evangélicos nas mais diversas esferas de poder político brasileiras é incontestável. A 55ª legislatura (2014-2018) formou o Congresso Nacional mais conservador que o Brasil já teve desde a redemocratização, em 1988. O país encontra-se polarizado em ideologias de direita e esquerda, e a igreja evangélica, que antes se mantinha neutra, hoje começa a tomar partido de forma veemente e atuante através das candidaturas de direita. Mas por que isso tem acontecido? Por que a presença de políticos que se intitulam evangélicos no Legislativo e Executivo brasileiro é crescente?

O presente trabalho tem como objetivo responder as perguntas supradescritas. Inicialmente, far-se-á um panorama do movimento pentecostal no Brasil, suas origens, desdobramentos e características. Após, pretende-se analisar o perfil neopentecostal, segmento do movimento pentecostal, fruto da articulação entre a pré-modernidade e a modernidade, mesclando o protestantismo com formas de expressão típicas de manifestações populares.

Delimitado o cenário evangélico no Brasil, especificamente em suas vertentes pentecostais e neopentecostais, o objetivo específico da pesquisa pretende: descrever a inserção dos evangélicos na política, seu desenvolvimento e expansão, a criação da Frente Parlamentar Evangélica, a organização associada de parlamentares suprapartidária, destinada a promover em conjunto a discussão e o aprimoramento legislativo em torno de pautas em comum, e o cenário que se criou atualmente.

Após esse breve panorama, serão expostos fatores e percepções como uma resposta para essa ingerência evangélica na política, com maior veemência nos últimos 15 anos. Dentre elas, a hegemonia, mas não a unanimidade, da política de direita entre esse grupo, que acaba por facilitar as articulações políticas e a formação de alianças para eleger determinados políticos; a adoção de ritos mais condizentes com a cultura dos povos da região, como também as redes de apoio criadas pelas igrejas para intervir nos problemas da sociedade. Finalmente, o apoio das igrejas evangélicas às agendas conservadoras das classes média e alta dos Estados Unidos da América (EUA) e América Latina, como o ensino sexual nas escolas, ideologia de gênero e a posição firmemente contrária às leis relacionadas ao aborto.

Por fim, algumas considerações, diante de todo o exposto, serão feitas, como as consequências advindas dessa interferência e presença avassaladora, como a segregação de políticas públicas para um grupo determinado de pessoas em uma democracia representativa, o que culmina em discriminação e falta de proteção – e até mesmo em retrocesso – aos grupos minoritários, como os negros, os indígenas, os estrangeiros e os de religiões de matriz africana, e o mal testemunho de políticos que se intitulam “evangélicos”, mas não têm postura adequada e condizente com o evangelho pregado pelos grupos protestantes. Essa postura não apenas macula a religião e a mensagem que se prega, mas a coloca em uma posição de afastamento da sociedade. Perfaz-se esse cenário nos 10% da população brasileira

que já declara não ser adepto de nenhuma religião, e ideologicamente se posiciona como cidadãos de esquerda e mais liberais nos costumes.

A metodologia aplicada para a realização do presente trabalho foi a pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e documental. Artigos científicos e teses sobre o tema foram pesquisados e serviram para corroborar as ideias que se pretendiam trazer para a composição das conclusões e percepções deste.

## A vertente pentecostal do movimento religioso cristão evangélico

Nascido no século XX, o pentecostalismo pode ser alinhado numa longa tradição de reações do Espírito na história do Cristianismo. Essa mesma situação estava presente na experiência de Lutero quando esse se rebelou contra o objetivismo da Igreja católica, privilegiando a experiência do Espírito Santo que fala através da Bíblia. Os anabatistas também já se referiam ao seu batismo como “batismo no Espírito”. Sendo alguns apocalipsistas, já criticavam o sacerdotalismo; outros eram contrários ao estudo teológico, propunham uma santidade moralista e eram ascéticos, advogando uma separação total do mundo. Outros diversos movimentos, como o Pietismo alemão e o Metodismo Wesleyano, levaram ao pentecostalismo.

Esse movimento iniciou-se acusando setores do protestantismo da época de depender em excesso da razão e da filosofia. Os pentecostais se vangloriavam de depender tão somente do Espírito Santo. Era um salto de volta à essência do Cristianismo.

O cenário religioso norte-americano já contava com um movimento conhecido como *Holiness*, que enfatizava a busca pela santidade com ênfase no batismo com o Espírito Santo (Matos, 2006). O primeiro pregador a vincular experiências extáticas e a glossolalia<sup>3</sup> foi Charles Parham, em 1901. O segundo foi William Joseph Seymour, em 1906, a figura mais emblemática da origem do pentecostalismo. Com ele, a “era pentecostal” estava inaugurada.

A Missão da Rua Azusa, sob a liderança carismática de Seymour, teve a capacidade de aglutinar e entender os anseios das massas pobres da periferia de Los Angeles, nos EUA, e se tornou o principal centro irradiador do pentecostalismo.

Importante movimento pentecostal também foi o inaugurado pelo ex-pastor batista William Duham, em Chicago. Após, em 1914, foi fundado o Concílio Geral das Assembleias de Deus.

Na América Latina, segundo Bonino (2002, p. 54),

Todas as histórias do pentecostalismo latino-americano começam com o ‘despertar’ associado ao nome do missionário Willis C. Hoover, da Igreja Metodista, e à cidade de Valparaíso, no Chile, e continuam com Francescon e as Assembléias de Deus no Brasil. Logo o pentecostalismo se multiplica, diversifica e expande, e a partir da década de 1950 se apresenta como o rosto popular do protestantismo na América Latina.

Trata-se o pentecostalismo de uma religião oral, que se expressa através da emoção, do canto e da dança. Faz parte de uma identidade própria de uma classe indefinida que se situa entre a classe média e os trabalhadores. Valoriza a participação do leigo, mas é fortemente submissa ao líder. Seus adeptos rejeitam o mundo, mas desejam a prosperidade no presente; evitam a política, mas se aproximam do poder (Bonino, 2002).

<sup>3</sup> Glossolalia é um fenômeno de estudos da linguagem, em geral ligado a situações de fervor religioso, em que o indivíduo crê expressar-se em uma língua desconhecida, por ele tida como de origem divina.

Pelo exposto, a responsabilidade da religião cristã evangélica, seja qual for seu lugar na vida religiosa dos seus membros, “[...] é o testemunho fiel do evangelho, que se mede pela fidelidade na propagação do evangelho, pela fidelidade em que se vive e pela fidelidade com que se celebra, ou seja, em sua evangelização, seu comportamento e seu culto” (Bonino, 2002, p. 100).

## O movimento neopentecostal no Brasil

Como segmento do movimento pentecostal, o neopentecostalismo no Brasil é fruto da articulação entre a pré-modernidade e a modernidade, quando mescla o protestantismo com formas de expressão típicas de manifestações populares, como, por exemplo, os ritos de possessão (Sanchis, 1999). É um fenômeno de pouco mais de três décadas. No Brasil, tem se destacado por vários motivos, entre eles a utilização dos meios de comunicação de massa, “agressividade” de marketing e sincretismo religioso (Almeida Júnior, 2008).

Ao que tudo indica, sua origem parte da chamada confissão positiva e do evangelho da prosperidade, oriundos dos Estados Unidos, no início do século XX. A paternidade do movimento é atribuída a Essek William Kenyon, muito embora seu principal protagonista seja Kenneth Erwin Hagin, que se converteu a Jesus após ter sido três vezes levado por Ele ao inferno (Almeida Júnior, 2008).

Almeida Júnior (2008) esclarece que, especificamente no Brasil, o movimento neopentecostal chegou na década de 1950, por meio de missionários da Igreja do Evangelho Quadrangular. Porém, foi nas décadas de 1970 e 1980, época dos governos militares, onde o país se via em profundas crises sociais e políticas, que esse encontrou solo fértil e lançou raízes na sociedade.

Pertencem a essa geração igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), fundada por Edir Macedo; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), fundada pelos bispos Robson e Lúcia Rodovalho; a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), fundada por Romildo Ribeiro Soares; a Igreja Renascer em Cristo (1986), fundada por Estevam Hernandes e Sônia Hernandes e a Igreja Mundial do Poder de Deus (1998), fundada pelo pastor Valdemiro Santiago (Gonçalves; Pedra, 2017).

De acordo com Almeida Júnior (2008, p. 152),

[...] pode-se dividir a história do neopentecostalismo no Brasil em três ondas: i. A primeira onda, início do século XX, com a chegada dos primeiros pentecostais ao Brasil, até meados do século; ii. A segunda onda, nos anos 1950 e 1960, marcada pela popularização da fé pentecostal, conversões de massas, especialmente pelo atrativo da “cura divina”; e iii. A terceira onda, iniciada nos anos 1970.

Será analisado no próximo capítulo o processo de inserção dos evangélicos na política brasileira e a influência desses movimentos para sua consolidação.

## Religião e política no Brasil

### Primórdios da inserção evangélica na política brasileira

Os evangélicos brasileiros, sejam os protestantes históricos ou pentecostais, até o início dos anos 80 apresentavam uma postura de autoexclusão deliberada da participação político-partidária (Gonçalves; Pedra, 2017). Entre 1889 e 1930, durante a República Velha, a presença dos protestantes no Congresso

era quase nula. Naquela época, a maioria dos protestantes era constituída apenas por luteranos, sendo boa parte composta por monarquistas que decidiram se isolar na República.

Na constituinte de 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, havia dois cristãos evangélicos, o metodista Guaracy Silveira e o presbiteriano Antônio de Souza (Souza, 2005). Entretanto, foi a partir do estreitamento das relações entre Igreja Católica e Estado, ainda durante esse governo, que surgiram no país novas possibilidades de mobilização política dos evangélicos. No período dos governos militares (1964-1985), a Igreja católica decide retirar o seu apoio a esses, o que acabou por abrir uma oportunidade de aproximação dos evangélicos com os militares (Freston, 1994).

Apenas em 1986, com a realização da Assembleia Nacional Constituinte e a instituição do Estado Democrático de Direito, positivado no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, o projeto de neocristandade se tornou público. “Os evangélicos adentraram de vez no panorama político nacional, sendo eleitos nessa época 32 parlamentares e 2 suplentes, sendo 18 pentecostais, com destaque para a Assembleia de Deus” (Sieperski, 1997, p. 54).

## A presença efetiva de evangélicos no cenário político brasileiro

Em artigo no jornal oficial da Assembleia de Deus, um líder dessa denominação declarou que “[...] somente os eleitos de Deus devem ocupar os postos-chave da nação” (Freston, 1993, p. 303).

De acordo com Sieperski (1997, p. 54),

Para atingir seus objetivos, as principais igrejas, sobretudo a AD, a IEQ (Igreja do Evangelho Quadrangular) e a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), seguiram um modelo corporativo, apontando seus candidatos oficiais. [...] As principais moedas políticas foram as concessões de rádio e televisão. Em 1990 o número de evangélicos no Congresso diminuiu de 32 para 23. Contudo, alguns suplentes assumiram e com isso no final de 1991 o número havia subido para 29. Um deles, Itsuo Takayama, após ter trocado de partido duas vezes durante uma única semana, foi cassado. Outro, João de Deus, após ter se apropriado indevidamente de verbas públicas, escapou por pouco da cassação. Um terceiro, Manoel Moreira, amealhou 8 milhões de dólares intermediando emendas [...].

Como destacado, com a crescente presença e participação evangélica no Congresso Nacional, os parlamentares pertencentes a esse segmento religioso decidiram criar, no início da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2007), a chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE), organização associada de parlamentares suprapartidária, destinada a promover, em conjunto, a discussão e o aprimoramento legislativo em torno de pautas em comum, a fim de uma mobilização maior (Gonçalves, 2017).

A 55ª legislatura (2014-2018) formou o Congresso mais conservador que o Brasil já teve desde a redemocratização em 1988, e isso tem levantado várias questões quanto à atuação de grupos religiosos que legislam conforme suas crenças e, por vezes, contrariam normas que asseguram direitos de grupos minoritários.

Com relação a esse grupo, é possível identificar algumas características compartilhadas, principalmente pelos neopentecostais, no que tange à área moral e ideológica, que se opõe a pautas progressistas e se une na defesa da família tradicional, moralidade cristã e bons costumes.

Segundo reportagem da revista *Veja*, focada em desenhar a bancada evangélica em 2013,

[...] a presença de evangélicos na política – assim como a de católicos ou espíritas – não é novidade. Partidos de inspiração cristã existem em países como Suíça, Inglaterra e Holanda sem que isso signifique qualquer ameaça à democracia. A mulher mais poderosa da Europa, a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, pertence à tradicional União Democrata-Cristã de seu país. A mesma Alemanha tem como presidente o independente Joachim Gauck, um conhecido pastor luterano. O maior partido do Parlamento Europeu, o European People's Party, é composto fundamentalmente por democratas-cristãos. Assim como os cultos na Câmara dos Deputados, a realização de eventos religiosos no Congresso dos Estados Unidos é comum desde a época de Thomas Jefferson. O movimento abolicionista surgiu na Inglaterra, organizado por um grupo de doze protestantes. A campanha dos direitos civis nos Estados Unidos teve como líder Martin Luther King (Castro; Mattos, 2013, *online*).

No que tange aos meios de comunicação, principalmente aos canais abertos de televisão, as igrejas neopentecostais são as principais beneficiárias, o que amplia em muito o alcance das massas:

Em números, a soma de pregação cristã na TV já soma mais de 4.800 horas todos os meses. A Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, usufrui de mais de 1,5 mil horas de televisão por mês, distribuídas entre seis emissoras. Além de espaços consideráveis na Record, Rede TV!, Bandeirantes e Gazeta, a Universal mantém controle quase integral sobre a programação da Rede 21 e da CNT. A Rede Globo, por sua vez, cede uma hora por semana à Igreja Católica, o que mostra dois pontos importantes a serem analisados: a frequente presença da religião nos meios de comunicação brasileiros e a articulação das igrejas neopentecostais tanto na política como no uso dos canais de televisão (Alves, 2016, p. 9).

Mas a que se deve esse sucesso político? Seria uma expressão de uma sociedade que, ainda que esteja salvaguardada por um Estado laico, procura representantes políticos guiados por moralidade religiosa, ou seria uma articulação política que se aproveita de valores caros à democracia, como a liberdade religiosa, liberdade de imprensa e expressão, para consolidar um projeto de poder que coloca em questão o conceito de secularização do Estado e da sociedade? No próximo capítulo, apresentar-se-ão algumas percepções sobre as indagações supracitadas.

## Fatores que influenciam a presença de evangélicos na política brasileira

Nos últimos anos, menções a Deus e a passagens da Bíblia parecem ter se multiplicado em discursos políticos, não apenas no Brasil, mas também nos países latino-americanos e nos EUA, tornando-se o apoio evangélico instrumental na ascensão de líderes de direita nesses países. No Brasil, os protestantes são a principal base eleitoral do atual presidente; nos EUA, como exemplo, pode-se citar o apoio das igrejas pentecostais à eleição do ex-presidente Donald Trump.

Em uma entrevista à BBC News Brasil, o historiador americano Andrew Chesnut elencou alguns fatores que ajudam a esclarecer a pergunta que encerra o tópico anterior do presente trabalho.

O primeiro deles, segundo o historiador, é a coesão ideológica dos evangélicos, o que facilita as articulações políticas, formando alianças para eleger determinados políticos (Passarinho, 2019). De acordo com o autor, os católicos são um grupo mais heterogêneo ideologicamente, o que dificulta uma mobilização política coordenada. Segundo Cunha (2016), sem prejuízo das peculiaridades dos



distintos grupos que formam o segmento, os evangélicos brasileiros são identificados, nos estudos de religião, por:

- (1) uma predominante leitura fundamentalista (literal) do texto sagrado cristão, a Bíblia; (2) ênfase na piedade pessoal na busca da salvação da alma (influência do puritanismo e do pietismo dos pioneiros missionários que vieram do sul dos EUA do século XIX ao Brasil); (3) frequentes posturas de rejeição das manifestações culturais não cristãs do país (fruto da mesma ação de missionários); (4) um isolamento das demandas sociais (resultante da espiritualização das questões da existência individual e social), entre elas a participação política (Cunha, 2016, p. 148).

Transformações na cultura evangélica, na passagem do século XX para o XXI, têm provocado divergências desse quadro, principalmente no que se refere à participação na vida política, mas essa configuração identitária conservadora e fundamentalista deixou suas marcas na dinâmica que dá forma a esse segmento religioso – o que, por sua vez, perfaz essa coesão ideológica descrita pelo historiador.

Atualmente, os exemplos mais evidentes dessa hegemonia no pensamento político dos evangélicos é a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil e a queda de Evo Morales na Bolívia, que contava com o apoio da Igreja Católica enquanto seu oponente, Luis Fernando Camacho, era apoiado pelas lideranças protestantes. Por citar trechos da bíblia e por vezes o “poder de Deus”, Camacho chegou a ser chamado de “Bolsonaro Boliviano” (Passarinho, 2019).

Outro fator, de acordo com o historiador, é o fato das igrejas evangélicas adotarem ritos mais condizentes com a cultura dos povos da região, assim como as redes de apoio criadas pelas igrejas para intervir nos problemas da sociedade, como o alcoolismo, a criminalidade, a pobreza e a dependência química.

Cunha (2003) relata que o chamado de servir ao mundo em nome de Deus é a inclinação original da Igreja, ou Eclésia, que se constitui na “Assembleia de pessoas chamadas para fora” Segundo Matos (2014), na maior parte da história da igreja, os cristãos entenderam que o socorro aos sofredores era uma parte importante da sua vocação no mundo. Eles não acreditavam que havia qualquer conflito entre essa preocupação e outros interesses da vida cristã. Portanto, a assistência social é uma vertente por excelência da ação da igreja com uma forte influência sobre a sociedade carecida dessas ações. Essas dirigem-se, antes, aos fiéis, mas estendem-se a todos na sociedade que dela necessitem (Matos, 2004).

Um terceiro fator seria o apoio das igrejas evangélicas às agendas conservadoras das classes média e alta dos EUA e América Latina, como o ensino sexual nas escolas, ideologia de gênero e a posição firmemente contrária às leis relacionadas ao aborto. Existiam pessoas que compartilhavam desses valores, mas não havia lideranças sólidas para representá-las – e agora há.

## Consequências da ingerência evangélica na política brasileira

Ao longo do presente trabalho, mostrou-se a presença cada vez mais efetiva de protestantes no cenário político do país. Entretanto, as consequências dessa alta representatividade podem ser perigosas. Andrew Chesnut destaca que a ingerência evangélica na política pode acabar por aprovar políticas públicas que discriminem outras religiões ou que retrocedam conquistas das minorias (Passarinho, 2019).

Dessa forma, quando se vive sob o viés de uma democracia mista e participativa, espera-se que os representantes eleitos pelo povo legislem e criem projetos que beneficiem a coletividade, sem distinção de

sexo, cor, raça, religião ou cultura, tanto que as leis em sentido formal são de aplicação geral e abstrata. O que se pretende é oferecer direito a todos, tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, na medida de sua desigualdade.

É a chamada igualdade material; ou seja, sabe-se que as pessoas possuem diversidades que muitas vezes não são superadas quando submetidas ao império de uma mesma lei, o que aumenta ainda mais a desigualdade existente no plano fático. Nesse sentido, faz-se necessário que o legislador, atentando-se para essa realidade, leve em consideração os aspectos diferenciadores existentes na sociedade, adequando o direito às peculiaridades dos indivíduos.

A partir do momento que, dentro do Congresso Nacional, as leis começam a ganhar nomes, situações concretas e públicos-alvo, beneficiando um grupo em detrimento de outro, já não existe mais democracia representativa.

Outro problema indicado pelo historiador Andrew Chesnut (Passarinho, 2019) como um desdobramento dessa ingerência e que poderá influenciar de maneira significativa o cenário político nos próximos anos, é o crescente aumento do número de pessoas que dizem não ter religião alguma – grupo que, atualmente, representa 10% de toda a população. Esse grupo de pessoas é formado em sua maioria por jovens de esquerda e mais liberais nos costumes, isso porque eles não se sentem representados pelos atuais detentores do poder, que usam a religião para a promoção de suas candidaturas e acabam por não representar o interesse da coletividade de forma adequada.

## Considerações Finais

Por todo o exposto, observa-se que a aproximação entre protestantes e a política veio para ficar. O que antes era uma participação e ingerência quase nula, hoje se tornou um dos pilares da polarização dos eleitores nacionais. A falta de apoio de parcela de membros da Igreja Católica Apostólica Romana aos militares no período do Regime Militar trouxe uma brecha para que os protestantes se achegassem e marcassem posição.

As grandes igrejas do segmento neopentecostal, com sua comunicação de massa, principalmente através das mídias televisivas e radiodifusoras, arrastam multidões por serem grandes formadoras de opinião para os fiéis, o que interfere em muito na política da nação. A coesão ideológica dos evangélicos, que acaba por facilitar as articulações políticas e a formação de alianças para eleger determinados políticos; a adoção de ritos mais condizentes com a cultura dos povos da região, como também as redes de apoio criadas pelas igrejas para intervir nos problemas da sociedade e o apoio das igrejas evangélicas às agendas conservadoras das classes média e alta dos EUA e América Latina, como o ensino sexual nas escolas, ideologia de gênero e a posição firmemente contrária às leis relacionadas ao aborto, tornam-se fatores atraentes para que políticos de todos os tipos elaborem discursos conservadores para ganhar o voto dos cristãos, que hoje perfazem uma parcela significativa da população brasileira.

Diante disso, conclui-se que tamanha ingerência pode ser perigosa. Quando se vive sob o viés de uma democracia mista e representativa, espera-se que os representantes eleitos pelo povo legislem e criem projetos que beneficiem a coletividade, sem distinção de sexo, cor, raça, religião ou cultura. O que se pretende é oferecer direito a todos, tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, na medida de sua desigualdade. A partir do momento que, dentro do Congresso Nacional, as leis começam a ganhar nomes e públicos-alvo, beneficiando um grupo em detrimento de outro grupo, já não existe mais, salvo outro entendimento, democracia representativa.



## Colaboradores

J.C.G. OLIVEIRA foi responsável pela concepção e desenho do artigo. J. FREIRE JUNIOR contribuiu com a análise e interpretação dos dados, discussão dos resultados, e revisão e aprovação da versão final do artigo.

## Referências

- Almeida Júnior, J. *Um panorama do fenômeno religioso brasileiro*. Campinas: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008. p. 147-177. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Ciencias\\_Religiao/artigo6-6.2.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Ciencias_Religiao/artigo6-6.2.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.
- Alves, S. P. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. In: 10º Encontro Associação Brasileira de Ciências Políticas "Ciência Política e a Política: Memória e Futuro", 2016, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos* [...]. Belo Horizonte: ABCP, 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/04/midia-democracia-e-presenca-dos-neopentecostais-politica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- Bonino, J. M. *Rostos do Protestantismo Latino-Americano*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- Campos, L. S. Os políticos de Cristo. Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: XXVI Encontro Nacional da ANPOCS, 2002, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu: ANPOCS, 2002.
- Castro, G.; Mattos, M. Vinde a mim os eleitores: a força da bancada evangélica no Congresso. A confusão envolvendo o deputado-pastor Marco Feliciano expôs a atuação dos parlamentares ligados a igrejas evangélicas. E eles vieram para ficar. *Veja*, Brasília, 23 mar. 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/vinde-a-mim-os-eleitores-a-forca-da-bancada-evangelica-no-congresso/>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- Cunha, M. *O Reino entre nós*. Viçosa: Ultimato, 2003.
- Cunha, M. N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*, n. 11, p. 147-166, 2016. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/112/80>. Acesso em: 6 out. 2022.
- Freston, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- Gonçalves, R. B.; Pedra, G. M. O Surgimento das Denominações Evangélicas no Brasil e a Presença na Política. *Diversidade Religiosa*, v. 7, n. 2, p. 69-100, 2017.
- Matos, A. S. "Fazei o bem a todos": os cristãos e a responsabilidade social. *Ultimato Online*, v. 289, 2004. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/289/fazei-o-bem-a-todos-os-cristaos-e-a-responsabilidade-social>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- Matos, A. S. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *Fides*, v. 11, n. 2, p. 23-50, 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4050114-O-movimento-pentecostal-reflexoes.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- Passarinho, N. Por que igrejas evangélicas ganharam tanto peso na política da América Latina? Especialista aponta 5 fatores. *BBC News Brasil*, Londres, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50462031>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- Sanchis, P. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: Oro, A. P.; Steil, C. A. (org.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- Siepierski, P. D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *Estudos Teológicos*, v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997

Como citar este artigo/How to cite this article

Oliveira, J. C. G.; Freire Junior, J. A presença dos evangélicos no cenário político brasileiro. *Reflexão*, v. 47, e225746, 2022. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v47e2022a5746>